



20100.038755/2017-13  
mesd

**Câmara Municipal da Estância Turística de Batatais**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Junte-se ao processado do

15 Veto  
nº 48, de 2016.

Em 08/06/17

M. Souza  
Senado  
Regina  
Souza

OFÍCIO Nº 172/2017

Batatais, 22 de fevereiro de 2017.

Senhor Presidente,

Tenho a elevada honra de, com o presente dirigir-me à vossa presença com a finalidade de encaminhar a Vossa Excelência, extensivo às Lideranças Partidárias da Casa, fotocópia da MOÇÃO Nº 01/2017, de autoria do Vereador **SABARÁ**, subscrita pelos Vereadores Miguel Tosti e Ocimar - Cima, aprovada no dia quatorze próximo passado, em Sessão Extraordinária, nos termos regimentais.

Atenciosamente,

**WLADIMIR FERRAZ DE MENEZES**  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Eunício Oliveira  
Presidente do Senado Federal  
Brasília-DF



PROCESSO N.º 20204

**Câmara Municipal da Estância Turística de Batatais**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Moço N.º 96

**APROVADO**

Em Única Discussão e  
Votação

Sala das Sessões

14.02.2017

WLADIMIR FERRAZ  
DE MENEZES  
Presidente

**MOÇÃO** N.º 001/2017

Manifesta Apelo ao Presidente da República e ao Ministro da Fazenda visando a correção das faixas de cobrança da tabela do Imposto de Renda.

**Considerando** que a tabela do Imposto de Renda está sem correção e que a defasagem acumulada no ano ficou em 6,36%, sendo a maior dos últimos 13 anos.

**Considerando** que esta defasagem, desde 1996, já está em 83,12%, carga alta demais para os trabalhadores que recebem salários menores e ainda precisam repassar parte dos seus vencimentos ao Governo;

**Considerando**, ainda, que entre 1996 e 2016 a correção das faixas do Imposto de Renda foi de 109,6%, em contrapartida, a inflação acumulada no mesmo período foi de 283,87%;

**Considerando** que as questões tributárias no Brasil são sempre uma discussão difícil por conta das diferenças regionais e da falta de vontade política;

**Considerando** que atualmente quem recebe salário de R\$ 1.900,00 já recolhe o tributo, sendo preciso fazer cortes no orçamento para honrar seus compromissos, tendo em vista que esse débito já vem descontado na fonte;

**Considerando** que aqueles trabalhadores que recebem salários acima de R\$ 4.664,68 pagam a mesma alíquota (27,5%) daqueles que recebem R\$ 10.000,00 ou R\$ 50.000,00, denotando uma visível injustiça;

**Considerando**, dessa forma, que as pessoas que auferem menores rendimentos são desproporcionalmente sobretaxadas em relação às elites do nosso País;



**Câmara Municipal da Estância Turística de Batatais**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Diante do que apresentamos esta Moção de Apelo ao Sr. Presidente Michel Temer e ao Ministro da Fazenda visando que envidem, com urgência, esforços necessários visando a correção da tabela do Imposto de Renda, buscando, assim, a justiça social.

De tal modo, solicitamos que seja oficiado ao Sr. Presidente Michel Temer, ao Ministro da Fazenda e aos Presidentes da Câmara dos Deputados e Senado Federal, extensivo às Lideranças Partidárias destas Casas, objetivando ações e condutas urgentes em prol desta importante e necessária reivindicação.

Requeiro, ainda, que seja oficiado à Força Sindical, à Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo e à CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, dando ciência desta proposição.

**SALA DAS SESSÕES**  
**“DR. ALTINO ARANTES”,**  
**EM 05 DE JANEIRO DE 2017.**

  
**SABARÁ**  
**VEREADOR**

  
**Vereador Miguel Tosti**  
  
**Vereador Ocimar - Cima**

**SENADO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 27 de abril de 2017.

Senhor Wladimir Ferraz de Menezes, Presidente da  
Câmara Municipal da Estância Turística de Batatais – SP,

Em atenção ao OFÍCIO Nº 172/2017, encaminhado a esta Secretaria-geral pela Presidência do Senado, informo a Vossa Excelência que sua manifestação foi juntada ao processado do Veto nº 48, de 2016, que "Veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2016 (oriundo da Medida Provisória nº 741, de 2016), que "Altera as Leis nºs 10.260, de 12 de julho de 2001, que 'dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências', para atribuir às instituições de ensino responsabilidade parcial pela remuneração dos agentes operadores do Fundo, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para vedar a concessão de tutela antecipada que tenha por objeto a autorização para o funcionamento de curso de graduação por instituição de educação superior".", conforme tramitação, disponível no endereço eletrônico <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/matérias/-/matéria/127716>.

Atenciosamente,



Luiz Fernando Bandeira de Mello  
Secretário-Geral da Mesa